



PREFEITURA DE
CAMPOS

SECRETARIA MUNICIPAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA
E TECNOLOGIA

 **Mais
Ciência**

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Orientadora: Vanuza da Silva Pereira Ney
Bolsista: Caio Eduardo Barcelos de Souza Lima

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
2022/2023



SUMÁRIO

RESUMO	3
INTRODUÇÃO	3
REVISÃO DA LITERATURA	4
1.1 Metodologia	4
1.2 A Economia Solidária: conceitos e princípios	5
METODOLOGIA	8
RESULTADOS E DISCUSSÃO	8
Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP-UENF	9
Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes	9
Ações do Poder Público Executivo e Legislativo	9
- Política Municipal de Economia Solidária e Cidadã	9
- Fundo de Desenvolvimento de Campos – FUNDECAM	11
- Diretoria de Economia Solidária/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo	12
CONSIDERAÇÕES FINAIS	13
REFERÊNCIAS	15

RESUMO

O objetivo da pesquisa é estudar e analisar a economia solidária em Campos dos Goytacazes como potencialidade na geração de trabalho e renda, entendendo a mesma como uma estratégia de desenvolvimento do município. Dessa forma, o contato com os materiais e pessoas ligadas à Economia Solidária local, gerou um progresso no conhecimento das principais teorias. Na primeira etapa do projeto foi feito um levantamento bibliográfico do movimento de economia solidária. Na pesquisa bibliográfica, buscou-se a compreensão de conceitos e temas relacionados ao assunto. consequentemente, a utilização desses textos buscando a obtenção de conhecimento das pesquisas realizadas neste campo. Sendo assim, observou-se que para a consolidação de uma economia alternativa, como a economia solidária, é extremamente relevante o papel das políticas públicas adotadas, ou seja, na busca e no fortalecimento do desenvolvimento local, seja por incentivos ou por meio de ações de políticas públicas a fim de diminuir a desigualdade e a pobreza. Na segunda etapa, a pesquisa de campo identificou os atores e as instituições que formam o movimento local, como os trabalhadores e os empreendimentos solidários, o Fórum de Economia Solidária de Campos, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP/UENF, a Lei 8.717 e também a Diretoria de Economia Solidária de Campos.

INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto *Economia Solidária como alternativa ao desenvolvimento de Campos dos Goytacazes/RJ*, realizadas no período de agosto de 2022 a julho de 2023. O projeto está cadastrado no Departamento de Economia da UFF Campos é coordenado pela Profa. Vanuza da Silva Pereira Ney e Caio Eduardo Barcelos de Souza Lima, bolsista do Programa Mais Ciência/PMCG. O projeto está vinculado à Diretoria de Economia Solidária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

O objetivo geral do projeto foi estudar e analisar a economia solidária em Campos dos Goytacazes e a potencialidade de geração de trabalho e renda, como estratégia de desenvolvimento para o município. Buscou-se: mapear os empreendimentos de Economia Solidária que estão vinculados ao Fórum Municipal de Campos dos Goytacazes de Economia Solidária (FMESCP) e a Incubadora de Empreendimentos Populares (ITEP- UENF); construir o histórico do movimento de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes e investigar o papel do poder público na intensificação da Economia Solidária em Campos, a Diretoria de Economia Solidária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo e o Fundo de Desenvolvimento de Campos. Além de trazer um breve histórico da formação da economia solidária em Campos dos Goytacazes, buscando identificar os atores e as instituições, bem como a atuação e o papel deles na consolidação do movimento de economia solidária de Campos.

REVISÃO DA LITERATURA

PARTE I – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Essa primeira parte do relatório consiste numa revisão bibliográfica em busca da compreensão de conceitos e princípios da economia solidária, com destaque também para uma breve revisão histórica e teórica dos principais temas e autores.

1.1 Metodologia

A pesquisa bibliográfica utilizados livros e artigos de autores clássicos da Economia Solidária, como: Paul Singer; Antonio David Cattani, Jean-Louis Laville, Luiz Inácio Gaiger, Pedro Hespanha; Euclides André Mance; Genauto Carvalho de França Filho, Eduardo Vivian da Cunha.

1.2 A Economia Solidária: conceitos e princípios

Com a primeira Revolução Industrial na Inglaterra, as condições de trabalho e desemprego fomentaram a formação das primeiras cooperativas solidárias. No Brasil, com o grande desemprego nos anos 1990, têm-se os primeiros movimentos organizados para a formação dos empreendimentos solidários, em especial, cooperativas e fábricas recuperadas pelos trabalhadores em São Paulo. Esse movimento se espalhou por todo o país, e dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi investigar a formação histórica e social da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes, buscando identificar os atores e as instituições presentes, bem como a atuação e o papel das mesmas.

Com a transição dos modelos de desenvolvimento econômico brasileiro da Neoliberalização do Espaço para o Novo Desenvolvimentismo, a implementação do Plano de Desenvolvimento Regional (PNDR) visou a diminuição das desigualdades regionais através de estratégias focalizadas nas regiões de baixa renda. Dessa forma, o programa incentivou a formação de fóruns com a estruturação de medidas personalizadas para cada estado, sendo obrigados a utilizar o orçamento no setor específico.

O estímulo ao desenvolvimento por meio das atividades econômicas internas e com autonomia financeira surge como solução para as crises econômicas e financeiras, trazendo independência e garantia de trabalho e renda à população. As características citadas representam a importância da Economia Solidária (EcoSol), que ganhou força a partir do PNDR com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

A partir do princípio defendido por França e Filho (2008) de que todo território tem capacidade de se autossustentar, encontrando soluções para as suas singularidades, a Economia Solidária, como uma economia alternativa quando se trata do sistema econômico dominante (a Economia Capitalista), seria uma ferramenta de estímulo ao desenvolvimento local com o apoio de ações governamentais que visam manter o funcionamento e dar condições ideais para a forma alternativa de economia. Assim, tendo os pilares de sustentação baseados nas ideias de solidariedade, apoio

mútuo e perseverança a Economia Solidária possibilita o desenvolvimento independente das regiões menos favorecidas e, conseqüentemente, a redução da desigualdade de renda.

A sobrevivência dos empreendimentos solidários, quando em paralelo com os empreendimentos capitalistas, são dependentes das ações políticas. Sendo assim, o interesse político é responsável por dar forças a esses empreendedores e gerar desenvolvimento sustentável com diminuição da desigualdade de renda.

De acordo com Laville e Gaiger (2009) a Economia Solidária se manifesta em diversos países e regiões com expressões que são propagadas rapidamente, como por exemplo cooperativas de produção, redes e clubes de trocas, associações de mulheres, coletivos de geração de renda, etc. Com base nas relações de cooperação, a solidariedade entre os membros das iniciativas se dá através de um vínculo social de reciprocidade.

A origem histórica da EcoSol tem o início turbulento com a implementação das ações ocorrendo antes mesmo da formulação da teoria, com os chamados socialistas utópicos, a partir da implementação do modelo de Robert Owen. Uma vez que os agentes não possuíam renda, o modelo propôs a estrutura que se iniciava com o financiamento estatal, e se desenrolava com a autossuficiência das aldeias, conseqüentemente a geração de renda e o retorno financeiro para o estado, gerando excedente de riqueza. O modelo não teve adesão na Inglaterra (1817), mas estimulou movimentos sindicais que tiveram as cooperativas “espelho”, levantou a luta por melhorias nas condições de trabalho e a luta de classes.

A solidariedade na economia tem como condição necessária a organização igualitária associados, ou seja, a relação entre iguais. A representação da empresa na Economia Solidária, chamada de cooperativas de produção, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e o mesmo direito de voto. A propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual são princípios básicos da Economia Solidária, sendo a aplicação desses responsável pela união de todos que produzem em uma única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa, ou seja, a solidariedade e igualdade são resultados naturais do processo (Singer, 2002).

Tratar da estrutura da Economia Solidária é abordar os elos que tornam o funcionamento do modelo com igualdade de renda e liberdade individual possíveis. Sendo assim, é importante destacar o funcionamento e características das Redes de EcoSol. Responsáveis por oferecer apoio logístico e de cooperação econômica, as Redes Sociais ajudam os empreendimentos solidários através de várias ligações da cadeia produtiva, dando suporte com educação e organização. Com a sua base formada a partir da confiança entre os agentes, as redes desenvolvem gestão coletiva visando a repartição equitativa dos resultados com construção de relações interpessoais através do fluxo de comunicação e de informações. A consolidação das redes potencializa a ajuda mútua e a complementaridade entre os atores sociais em busca dos objetivos coletivos.

Um outro exemplo de cooperação e autonomia dentro da EcoSol são as moedas sociais, estas aparecem com o intuito de reformular as características da moeda do sistema capitalista. A moeda capitalista tem como característica a neutralidade, o que garante a contabilização e medida, funcionando como instrumento de troca, mas como efeito negativo a moeda promove também a hierarquização social. As moedas sociais dentro do viés econômico são responsáveis por gerar renda, dando condições de desenvolvimento para os que mais precisam e assim vai assumir o viés político de responsabilidade compartilhada.

Visto a funcionalidade das redes de trocas e das moedas, cabe destacar a importância do governo no papel de gerar condições favoráveis para a implementação da Economia Solidária através de políticas públicas. Além de estar em ação, o governo também precisa gerar estratégias que possibilitem o mapeamento dessas ações, com o objetivo de corrigir erros e fortalecer os pontos estratégicos.

De acordo com Singer (2002), o sistema capitalista gera condições de acumulação de vantagens e desvantagens, estes acúmulos são os principais pontos de correção com as ações de políticas públicas que o governo deve se voltar para gerar transformação do sistema econômico. Além disso, dentro da EcoSol, mesmo com o pensamento solidário e cooperativo, os agentes estão suscetíveis aos desequilíbrios e por isso se faz necessário a continuação de ações que visam o mapeamento e a manutenção da forma alternativa.

METODOLOGIA

Com o objetivo de mapear o movimento de economia solidária e identificar as políticas públicas no município de Campos, destacamos e relatamos as atividades que foram desenvolvidas no âmbito do Projeto na busca de levantamento de dados e informações sobre a Economia Solidária em Campos dos Goytacazes/RJ. As atividades foram:

- ✓ Acompanhamento das ações do Fórum de Economia Solidária de Campos;
- ✓ Participação nas atividades do movimento de Economia Solidária do município de Campos dos Goytacazes, como o Circuito Universitário de Economia Solidária;
- ✓ Reunião e acompanhamento das ações da Diretoria de Economia Solidária de Campos;
- ✓ Levantamento de informações nos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Campos, Incubadora Tecnológica, ITEP, entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

PARTE 2 - A ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Como primeiro procedimento metodológico para o mapeamento da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes/RJ, utilizamos como referência a dissertação de mestrado da Katarina Ribeiro e capítulos de livros da Katarina Ribeiro e Vanuza Ney sobre a Economia Solidária em Campos. Dessa forma, foi possível identificar nessas obras os atores do movimento local, bem como a existência de uma lei aprovada no âmbito municipal.

A pesquisa identificou pelo menos quatro grupos presentes na dinâmica da Economia Solidária em Campos, que são: 1 - os empreendimentos solidários; 2 - a Incubadora ITEP; 3 - o Fórum Local de Economia Solidária e 4- o poder público local,

executivo e legislativo.

Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares – ITEP-UENF

Em 2007 foi criada a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares, ITEP, na UENF. Em 2009 a ITEP passou a ser um projeto de extensão permanente da universidade. Além da incubação dos projetos e propostas com novas possibilidades de trabalho e geração de renda, a ITEP tem um papel fundamental na organização da Economia Solidária em Campos, como o estímulo para a criação do Fórum Local e as ações que promovem a incubação, capacitação e treinamento dos empreendimentos e seus cooperados.

Fórum Local de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes

Em 2011 foi criado o Fórum Local que tem como objetivo a organização e articulação do movimento em Campos, com as esferas do município. No Fórum, têm-se a presença de todos os segmentos e a cada um é garantido o direito a voto por meio da Carta de Adesão. Em 2022 havia 96 empreendimentos solidários com adesão ao Fórum Local de Economia Solidária em Campos.

Ações do Poder Público Executivo e Legislativo

- Política Municipal de Economia Solidária e Cidadã

A Política Municipal de Economia Solidária e Cidadã foi materializada na Lei nº 8.717, de 10 de agosto de 2016, decretada pela Câmara Municipal de Campos dos Goytacazes e sancionada pela então prefeita Rosinha Garotinho. A Lei foi resultado das demandas dos trabalhadores e trabalhadoras que integram o Fórum Local de Economia Solidária de Campos. A Lei destacar os princípios, objetivos e diretrizes da política pública de economia solidária e cidadã, sendo um marco legal que seja

responsável por definir os Instrumentos de Gestão e a Incubação de Empreendimentos Solidários.

A Lei é composta por seis capítulos. O primeiro trata Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Pública de Economia Solidária e Cidadã. Dentre os princípios destacamos: “bem-estar e a justiça social; a primazia do trabalho, com o controle do processo produtivo pelos trabalhadores; a autogestão, cooperação e da solidariedade na dimensão econômica da política pública; o desenvolvimento local sustentável a partir da criação e organização de zonas territoriais identificadas e que fortaleçam os Empreendimentos Econômicos Solidários; o comércio justo e solidário; e o consumo ético.” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

No que se refere aos objetivos, destacamos: “contribuir para a erradicação da pobreza e da marginalização social dos trabalhadores, reduzindo as desigualdades econômicas no Município de Campos dos Goytacazes; contribuir para o acesso dos cidadãos ao trabalho e à renda, como condição essencial para a inclusão e mobilidade social e para a melhoria da qualidade de vida; promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento local sustentável, além de valorização das pessoas, do trabalho e do território.” (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

Quanto ao perfil dos empreendimentos de economia solidária e cidadã e formas de organização, segundo a Lei será considerado Empreendimento Econômico Solidário-EES a organização que possuir as características de ser uma organização autogestionária, que promova a preservação ambiental, respeito ao trabalhador pelas condições de trabalho, e ser uma organização que desenvolva suas atividades, em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza, que pratique preços justos, sem maximização de lucros, nem busca de acumulação de capital e que exerça a produção, a comercialização e a prestação de serviço de forma coletiva; ser uma organização que respeite a equidade de gênero, raça e etnia; e ser uma organização que valorize e respeite os costumes e tradições culturais. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

No que se refere aos segmentos, a Lei preocupa que os mesmos poderão organizar-

se em: Redes de Comercialização, Produção e Consumo; Grupos informais autogestionários produtivos reconhecidos pelo Fórum de Economia Solidária de Campos dos Goytacazes; Cooperativa de Produção, Consumo e Crédito Solidário; Associação produtiva desde que seja autogestionária; Clubes de Trocas; Empresas Recuperadas pelos trabalhadores; Bancos Comunitários com moeda social própria. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

Com relação ao fomento e incentivo à economia solidária e cidadã, o poder público municipal, deverá fomentar mecanismo de financiamento e apoio para o desenvolvimento da rede de Economia Solidária e Cidadã, como: acesso a linhas de microcrédito, crédito e as políticas de investimento social, inclusive através dos Bancos Comunitários; fomentar o fundo e o aval solidário na tomada de crédito e em parceria com o Governo do Estado e Governo Federal; fomentar a formação de consórcio de empreendimentos e consumidores nos princípios dessa Lei; apoio à comercialização e ampliação de mercado para os bens e serviços da Economia Solidária e Cidadã em âmbito regional, nacional e transnacional. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

A Lei menciona ainda a importância da educação, formação e incubação dos incubação de empreendimentos econômicos solidários, além dos instrumentos de gestão compartilhada e solidária. E, por último, mas não menos importante, o capítulo VI trata do Selo Solidário. Segundo a Lei, o selo solidário deverá ser usado para identificação pelos consumidores do caráter solidário e ecológico dos insumos, produção, industrialização, transporte e comercialização dos produtos.

No entanto, essa Lei ainda não foi promulgada, o que na prática dificulta o reconhecimento dos empreendimentos solidários e a necessidade de estabelecer um marco legal para o seu funcionamento na cidade de Campos dos Goytacazes. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2017).

- Fundo de Desenvolvimento de Campos – FUNDECAM

Apesar do FUNDECAM ter sido criado em 2001, somente em 2017 foi criado o FUNDECAM Solidário, que consistiu em uma linha de crédito voltada aos

empreendimentos populares e solidários em Campos.

A linha FUNDECAM Solidário foi substituída pelo FUNDECAM Empreendedor. Em 2018 foram criadas as linhas de crédito: Empreendedor, Economia Solidária, Inovação e Agricultura Familiar, e nome do programa de microcrédito passou a ser FUNDECAM Crédito Certo. (ABREU, 2022)

Na linha Economia Solidária a liberação do crédito funciona com o aval solidário, onde um grupo de até 10 pessoas podem ser solicitantes e fiadoras uns dos outros simultaneamente. Além disso, é necessário cumprir todos os critérios da linha Empreendedor, acrescido de apresentação de uma carta reconhecida pelo Fórum de Economia Solidária de Campos. Apesar de representar um avanço, a os empreendimentos ainda enfrentam dificuldade na obtenção do crédito. (ABREU, 2022)

- Diretoria de Economia Solidária/Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Em 2021 foi criada a Diretoria de Economia Solidária vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, na gestão do governo Vladimir Garotinho. Foi possível identificar uma reunião realizada ainda em 2021 pela Diretoria de Economia Solidária e que teve a participação de representantes do poder público, cooperativas, integrantes do Fórum de Economia Solidária e da ITEP/UENF, Na reunião foi discutida a criação de um grupo de trabalho sobre os catadores de materiais recicláveis em Campos. A pesquisa não identificou as ações desse grupo de trabalho nos anos seguintes.

Com o objetivo de identificar as ações propostas pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes, além da reunião feita com a Diretoria de Economia Solidária ainda em 2022, foram realizadas também pesquisas nos sites oficiais para detalhar as ações e a participação do município em promover o movimento de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes.

Em 2021, o Espaço de Economia Solidária funcionou por três meses no Shopping Boulevard de Campos e teve a participação de 91 artesãos que foram beneficiados,

gerando um faturamento de R\$ 64 mil com a venda de 2.963 itens. O espaço foi cedido pelo shopping para promover a economia local, valorizar o artesanato e fortalecer a inclusão social. Durante esse período, também ocorreu o Circuito de Cultura Popular e Economia Solidária, envolvendo vários setores da economia solidária e quatro municípios da região. Os participantes receberam a Carteira Nacional do Artesão, e o projeto teve um impacto econômico e inclusivo. O Espaço de Economia Solidária também foi levado a praia do Farol de São Tomé durante o verão de 2023. O local ofereceu produtos de artesãos de várias cidades, promovendo o comércio e oferecendo oficinas de confecção de peças.

Além de promover e dar suporte a estes eventos, a Diretoria de Economia Solidária/Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo adquiriu veículos e barracas para apoiar a participação da Economia Solidária em feiras e exposições. Essa iniciativa visa melhorar a logística de transporte para eventos em outras cidades, promovendo a expansão e desenvolvimento econômico dos trabalhadores da Economia Solidária em Campos dos Goytacazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento de Economia Solidária em Campos, por meio de seus grupos e instituições, reafirma a Economia Solidária como uma alternativa de geração de trabalho e renda. A presença da ITEP desde 2009 e a organização do Fórum de Economia Solidária de Campos tem sido fundamental no apoio e na capacitação dos empreendimentos solidários e seus cooperados.

A criação da Diretoria de Economia Solidária ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, foi uma iniciativa muito importante da gestão municipal, e a Diretoria vem promovendo ações como a criação de espaços de comercialização e apoio a artesãos locais e a busca por experiências bem-sucedidas em outras cidades para fortalecer essa forma alternativa de geração de trabalho e renda.

Isto posto, o movimento de Economia Solidária de Campos segue na busca de alcançar uma política pública que seja efetiva e reconheça os seus princípios, que já

estão expostos na Lei nº 8.717/2016, mas que precisa ser promulgada.

A conquista de um local de comercialização permanente ainda se faz necessário e até mesmo a criação de uma moeda social, como preconiza a Lei.

REFERÊNCIAS

CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. São Paulo: Edições Almedina,, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais**. Bahia análise & dados, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, junho 2002. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/aed/economia_solidaria.pdf. Acesso em: 4 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária e desafios epistemológicos. In: SOUZA, Andre Ricardo de; ZANIN, Maria (Org.). **A Economia Solidária e os desafios globais do trabalho**. São Carlos: Edufscar, 2017. p. 23-30

IGLESIAS, Gabriela Veras. Movimento de Economia Solidária. Org: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares DA USP (Sao Paulo). Articulando: Sistematização de Experiências de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares. Sao Paulo: Creative Commons, 2013. p. 67-76

ITEP (Campos dos Goytacazes). Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares. Disponível em: . Acesso em: 01 outubro de 2022.

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata?. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 123–140, 2007. DOI: 10.15448/1984-7289.2002.1.91. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/civitas/article/view/91>. Acesso em: 8 nov. 2022.

Lei nº 8.717, de 2016. Lei da Economia Solidária e Cidadã. Campos dos Goytacazes, RJ, 10 ago. 2016.

SILVA, Sandro Pereira. Dinâmicas da economia solidária no Brasil: organizações econômicas, representações sociais e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2020.

MANCE, Euclides A. Redes de Colaboração Solidária. Petrópolis, Vozes, 2002.

MANCE, Euclides. Redes de Trocas e Cadeias Produtivas - limites e alternativas. **Bahia Análise & Dados, Salvador**, p. 121-126, 1 jun. 2002.

PEREIRA, V. S. N; RIBEIRO, K. S. Trabalho e renda: caminhos solidários em Campos dos Goytacazes/RJ. In: Erika Vanessa Moreira Santos, Glauco Bruce Rodrigues, Leandro

Bruno Santos, Silvana Cristina da Silva, Tatiana Tramontani Ramos. (Org.). Território, economia urbana e conflitos territoriais. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, v. 1, p. 106-123.

RIBEIRO, Katarina da Silva . O Movimento de Economia Solidária em Campos dos Goytacazes (RJ): Uma Análise do Papel do Fórum de Economia Solidária na Política Pública Local. Dissertação (Pós Graduação) – Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes. 2019. 109 f.

RIBEIRO, K. S.; PEREIRA, V. S. N. . O papel do Fórum Local de Economia Solidária na articulação da política pública municipal de Campos dos Goytacazes. In: LIMA, M. S. B. (Org.) ; MOREIRA, E. V. (Org.) ; NEY, V. P. (Org.) .. (Org.). Questão agrária, políticas públicas e desenvolvimento regional.. 1ed.Rio de Janeiro: Autografia, 2021, v. 1, p. 233-254.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

APÊNDICE